

A função da terminologia na representação documentária

Vânia Mara Alves Lima¹

Resumo

Estabelece modelo teórico em que a Terminologia da área do conhecimento assume o seu lugar na representação documentária como referente da Linguagem Documentária. Discute Terminologia, signo lingüístico e signo documentário, conceitos a partir dos quais, será desenhado o modelo que pretende garantir não só o processo de comunicação entre os estoques de informação e os seus usuários, como também tornar efetiva a transferência da informação e a geração de novos conhecimentos.

Abstract

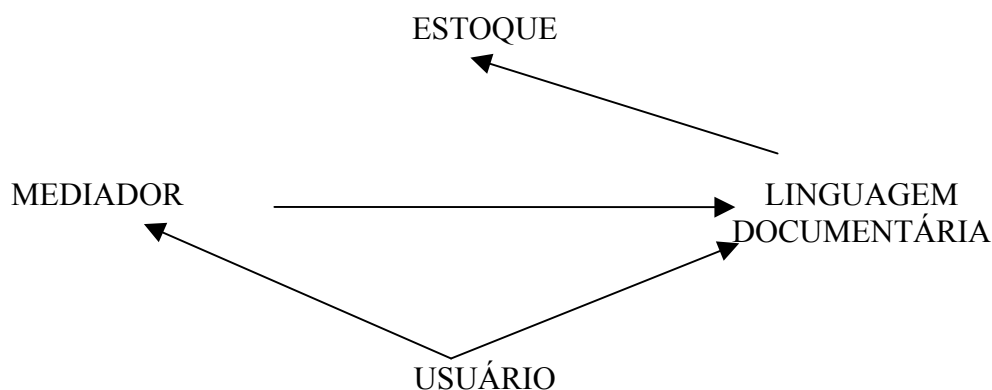
A theoretical model where the terminology of the knowledge's field is the referential for the Documentary Languages in the process of documentary representation. Discuss terminology, sign linguistics and sign documentary, concepts of the model that are essentials for the process of communication between the information's storage and their users.

1. Introdução

A transmissão da informação só é possível através de uma ação comunicativa entre os estoques de informação e os seus usuários. Esta ação comunicativa, denominada de comunicação documentária, onde a Fonte é e o estoque, o Receptor é o usuário, necessita de uma linguagem para ser operacionalizada, isto é, requer um código para representar a informação que seja comum tanto à Fonte (estoque) como ao Receptor (usuário). Este código, denominado Linguagem Documentária

¹ Mestre em Ciências da Comunicação - Área: Ciência da Informação e Documentação - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo. Bibliotecária Supervisora da Seção de Comunicação Especializada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, vamal@usp.br.

(LD), tem por função, no processo de Análise Documentária, transformar a informação contida em um documento em uma representação condensada dos itens informacionais identificados no texto, os quais devem permitir a tomada de decisão sobre a consulta ou não do documento original, ou até substituí-lo em determinadas condições (LARA,1993b, p.72). Em esquema:



Devido a esta função normalizadora da LD, que nem sempre é operacionalizada satisfatoriamente, vários autores, no Brasil e no exterior, sugerem a utilização da Terminologia da área do conhecimento a ser representado, como instrumento normalizador destas unidades, mas não chega a situá-la no processo de Análise Documentária (TÁLAMO, LARA, KOBASHI, 1992, v.21, n.3 ; MUSTAFA-ELHADI, 1992; LARA, 1993c; LARIVIERE, 1989; CINTRA,1994, v.17, n.28).

A partir dessa constatação, propomo-nos a estabelecer um modelo teórico em que a Terminologia da área do conhecimento apresente-se como referente para a construção e compatibilização de LDs, assumindo o seu lugar na representação documentária. Para dar conta do empreendimento, discutiremos a terminologia, o signo e o signo documentário, conceitos a partir dos quais, será desenhado o modelo.

2. A Terminologia

A Terminologia nasce sob a influência de duas tendências: a interdisciplinaridade das ciências e as suas micro-especializações. A primeira traz como consequência a necessidade de

normalização terminológica, pois a univocidade dos termos é condição essencial para a comunicação entre especialistas, seja no interior de uma mesma disciplina, seja entre disciplinas diferentes. Já a segunda, acentua a criação de neologismos, termos novos ou antigos com nova significação, como por exemplo, o termo vírus, originalmente da área médica e que foi tomado por empréstimo pela área da informática (RONDEAU, 1984, p.60).

A terminologia nasce e vive dentro das comunicações científicas e técnicas devido à necessidade dos especialistas de um domínio de denominar os novos produtos e conceitos resultantes do rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da necessidade de se estabelecer uma comunicação unívoca dentro desse domínio (CABRÉ, 1991, p.56)

Assim como a Lingüística, a Semântica ou a Semiótica, a Terminologia estuda os signos que se manifestam através da linguagem natural e se ocupa dos conjuntos estruturados de termos agrupados em classes por critérios que estão presentes nas suas definições (REY, 1979, p.25). Para Cabré (1995, p.289), a terminologia pode ser definida enquanto:

- disciplina que se ocupa de termos especializados
- conjunto de diretrizes ou princípios que regem a compilação dos termos
- produto gerado pela prática, isto é, conjunto dos termos de uma área específica.

Neste trabalho interessa-nos a terminologia enquanto conjunto de termos de uma área específica do conhecimento, isto é, a terminologia enquanto objeto, onde os termos estão relacionados e definidos rigorosamente para designar os conceitos que lhe são úteis.

A definição terminológica deve exprimir os traços pertinentes do termo, e refletir o conceito, além disso, só pode ser aplicada a um termo puro, perfeitamente traduzível em todas as línguas, e a um sistema terminológico perfeitamente coerente em que cada conceito é construído de maneira unívoca e explícita. O objetivo da Terminologia é identificar em uma área do conhecimento, primeiramente os conceitos, depois lhes atribuir um termo controlando, ao mesmo tempo, suas relações de sinonímia e homonímia e dar a cada conceito uma definição rigorosa.(CINTRA et al 1994, p.27 ; REY, 1979, p.42 ; RIVIER, 1980, p.80).

Ao trabalhar com etiquetas ou expressões de classes de objetos tomados num universo determinado de acordo, portanto, com os pontos de vista próprios de cada área, a terminologia vai constituir predicados relacionados, ou seja, termos referenciais e unívocos, pois uma palavra designa um determinado objeto na medida em que o insere numa classe particular dentro de um contexto (LE GUERN, 1989, v.34, p.342).

A terminologia difere do léxico comum porque designa os conceitos próprios das disciplinas e das atividades de especialidade. Para Cabré (1994, p.596), o objetivo prioritário a que se propõe a terminologia é a normalização, no sentido de redução a um só tipo de modelo, dos termos próprios de um domínio especializado preciso, não se limitando a recolher a denominação de uma área determinada dentro de um objetivo informativo ou descritivo; ao contrário objetiva fixar as unidades terminológicas com formas normalizadas, estabelecendo as formas de referência e separando as outras variantes para denominar o mesmo conceito.

3. A Terminologia como referente para a LD

Em sua função de representação, a terminologia serve à Documentação, pois é um elemento chave para representar o conteúdo dos documentos. Para que essa capacidade de referir exista concretamente, a construção das Linguagens Documentárias deve ser feita com base na terminologia de área, em campos bastante delimitados, pois como a Terminologia remete a sistemas de significação de área, ela constitui base legal para a construção das Linguagens Documentárias (LDs).

Desse modo, a terminologia pode tornar a Linguagem Documentária interpretável no sentido peirciano, possibilitando a esta última estabelecer a referência aos conteúdos documentários. Os recursos oferecidos pela terminologia podem imprimir um nível de conotação desenvolvido às LDs, sedimentando uma certa porção de enciclopédia de área. Nesse contexto, cabe vincular a definição à delimitação de conceitos em uma área particular.

Como o usuário final, na maioria das vezes, não conta com uma LD que possua um sistema de referência explícito, isto é, da terminologia de área, a interpretação fica praticamente livre e indeterminada, impossibilitando a univocidade conceitual, o que induz à subjetividade e à ambigüidade, comprometendo, conseqüentemente, a circulação de informações(LARAc, 1993, p.81).

De fato, a transferência de informação, requer um sistema de significação claro e explícito, pois um sistema de comunicação não existe sem um repertório de signos e sem um corpo de regras que definam como se selecionam e se combinam esses signos para formar as mensagens transmissíveis.

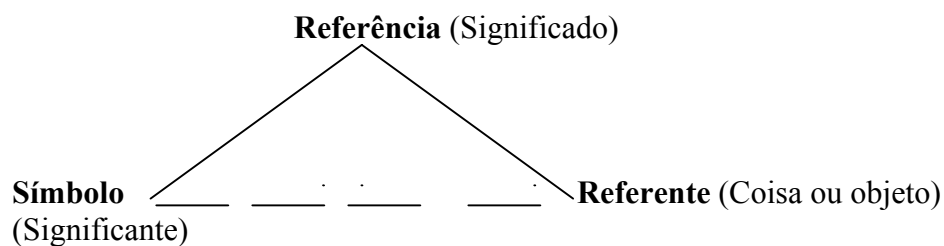
No caso de uma linguagem natural, o código é aquilo que tradicionalmente se chamava “gramática”, isto é, as regras que todo usuário competente dessa linguagem conhece e aplica quando emite uma mensagem verbal qualquer. Nas ciências, a linguagem natural se especializa como universo de discurso referido a certo setor da realidade e o uso especializado de uma linguagem natural, seu o uso científico por exemplo, exige a introdução de regras de construção adicionais, tanto sintáticas quanto semânticas em um esforço para reduzir, na medida do possível, o alto grau de ambigüidade característico do uso espontâneo da língua (VÉRON, 1970, p.172). A nosso ver, este é o papel das terminologias de área. Assim, se é na Linguagem Natural que a Linguagem Documentária vai buscar as relações semânticas para adaptá-las às suas necessidades, é na terminologia que ela deve buscar a produção do sentido referente a um determinado contexto.

4- O Signo lingüístico

Várias são as teorias que discutem a natureza do signo. Para a Semiótica de Peirce, o signo tem como característica básica a de poder representar as coisas ou objetos. Um signo ou representamen é, portanto, aquilo que sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Para

a Semiologia de Saussure, não são as coisas, mas os signos que circulam entre o falante e o ouvinte (FONTE→RECEPTOR) no circuito da fala, considerando que um signo liga um significado a um significante e que esta relação é estabelecida por um consenso social (BLIKSTEIN, 1983, p.20).

A representação gráfica do signo é feita pelo conhecido triângulo de Ogden e Richards (BLIKSTEIN, 1983, p.24):

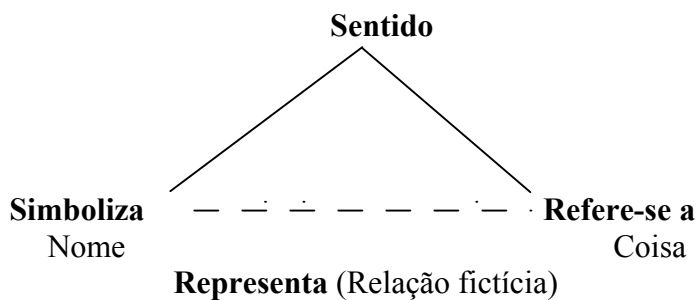


Encontramos em Blikstein (1983, p.21) uma análise aprofundada dos elementos que constituem o signo lingüístico, que podemos estender ao signo documentário. Segundo este autor, o signo representaria a realidade extralingüística e, em princípio, é por meio dele que podemos conhecê-la.

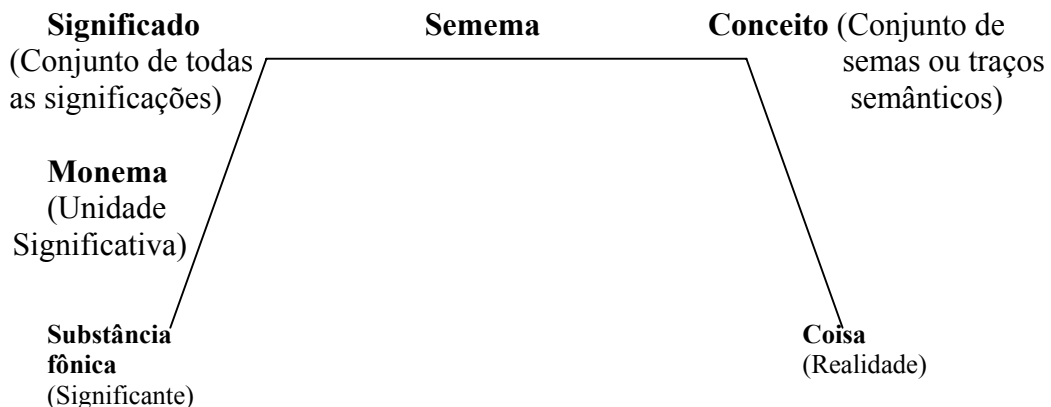
Esta realidade distinta de referência ou significado seria o referente (coisa ou objeto) representado pelo significante. A relação significante/significado não faria sentido se não houvesse um objeto (referente). É o referente que concretiza a relação significante/significado, tanto que, apesar de consagrada por Ogden & Richards, ela já estava presente no aparelho conceitual dos estóicos por meio dos conceitos *semâinon* (significante), *semainomenon* (significado) e *prâgme* (objeto); aparecendo também em Santo Agostinho através dos termos *verbum* (palavra), *dicibile* (dito) e *res* (coisa); e nos lógicos de Port Royal, com as denominações *nom* (nome), *idée* (idéia) e *chose* (coisa) (BLIKSTEIN, 1983, p.24)

Mas, como observa Blikstein (1983, p.25), ao analisar a interpretação das relações do triângulo, apesar de estabelecerem esta relação triádica, Ogden & Richards, não consideraram a realidade extralingüística como decisiva para a articulação do significado dos signos. Para eles, importa apenas que a relação entre símbolo e referência seja correta e até lógica, descartando-se assim o referente.

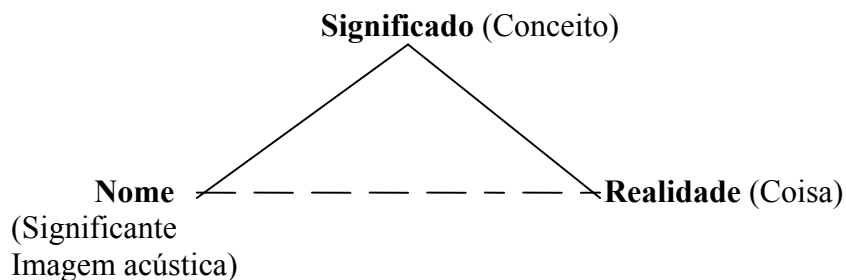
Ao realizar a partir daí uma revisão dos principais esquemas e modelos de signo lingüístico, Blikstein verifica que de Ogden e Richards a Umberto Eco, passando por Ullman, Baldinger e Heger, o referente acaba sempre sendo descartado, a “coisa” continua sendo extralingüística e, portanto marginalizada do processo de significação lingüística. O triângulo de Ullman, quase idêntico ao de Ogden & Richards representa o signo da seguinte forma:



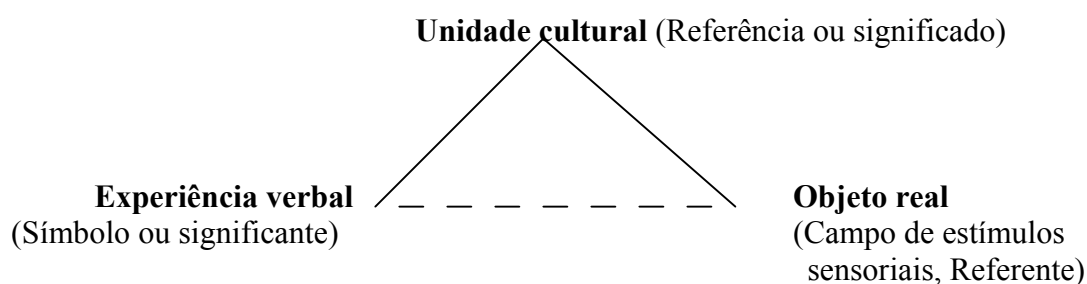
Já Heger divisiu melhor a etapa de estruturação do conteúdo do signo, mas manteve vazia a ligação entre o conceito e a realidade (BLIKSTEIN, 1983, p.31)



Baldinger mantém a estrutura de Ogden & Richards, mas utiliza outras denominações:

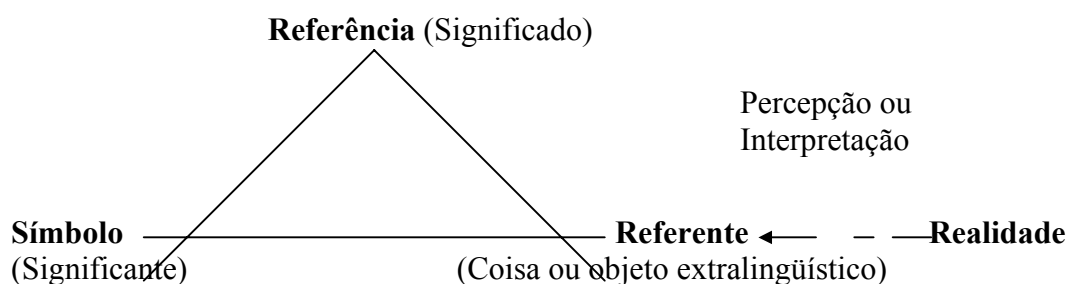


Para Umberto Eco, a semiologia consideraria apenas o lado esquerdo do triângulo de Ogden e Richards, sendo que a presença ou a ausência do referente não influiria no estudo de um símbolo enquanto usado em determinada sociedade, em relação a determinados códigos. (BLIKSTEIN, 1983, p.33). Assim, Eco define o significado de um termo como uma unidade cultural, como algo que determinada cultura definiu como “uma unidade distinta de outras e, portanto, pode ser uma pessoa, uma localidade geográfica, uma coisa, um sentimento, uma esperança, uma idéia, uma alucinação”, (ECO apud BLIKSTEIN, 1983, p.35) afastando o referente da significação e representando o signo da seguinte maneira:

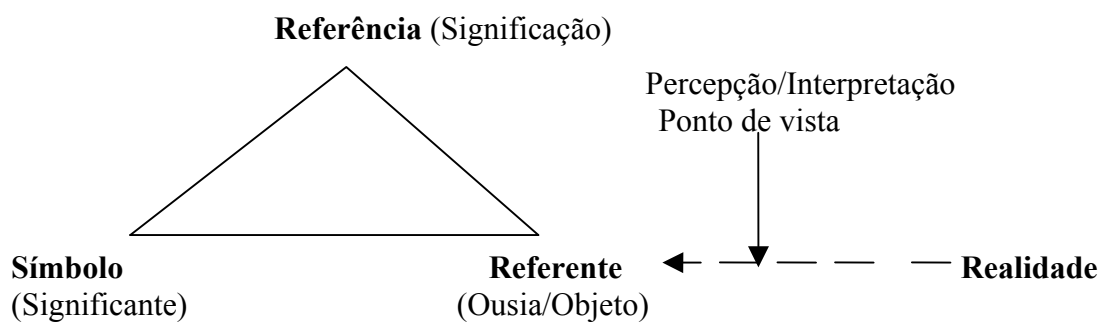


Mas se uma unidade cultural pode ser uma coisa, ou uma pessoa, então ela não pode ser apenas significado, “o fato do referente ser extralingüístico não significa que deva ficar fora da lingüística; ele simplesmente está situado atrás ou antes da linguagem, como um evento cognitivo, produto de nossa percepção” (BLIKSTEIN 1983, p.39),

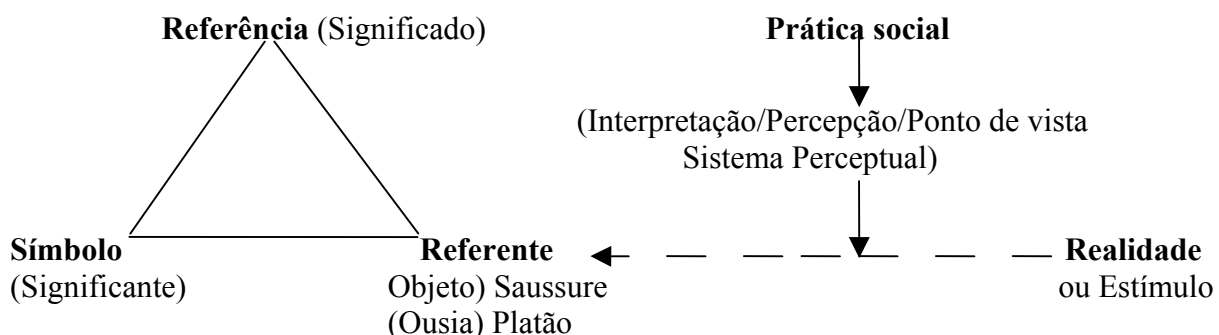
Ao analisar o lado direito do triângulo, Blikstein (1983, p.46) afirma que a realidade se transforma em referente por meio da percepção/cognição que conforme Greimas “é o lugar não lingüístico em que se efetua a apreensão da significação” ou da interpretação humana, que segundo Coseriu, impõe estruturas à realidade (apud BLIKSTEIN, 1983, p.46). Assim, o referente é obrigatoriamente incluído na relação triádica.



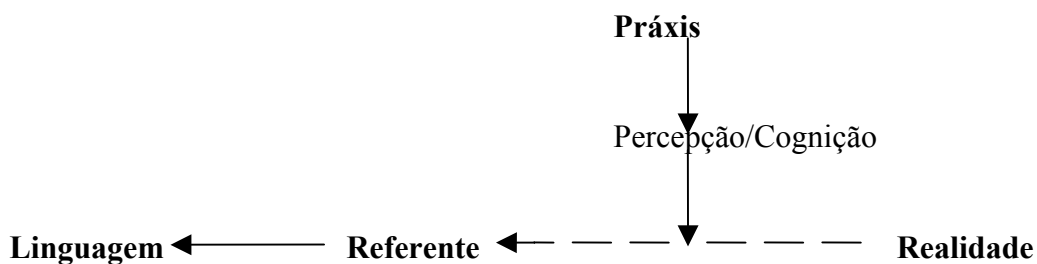
Ao tentar definir o objeto da lingüística, Blikstein recupera de Platão a idéia de que a língua seria um recorte da realidade, mas esta realidade (*ousia*, da mesma raiz que *êinai*, ser), conota também a noção de substancialidade, realidade filtrada, conceitualizada, “fabricada” pela experiência perceptiva. Recupera de Saussure, a noção de que é “o ponto de vista” que cria o objeto. Conclui, a partir dessas conceituações, que o “ponto de vista” corresponde à noção de percepção de Greimas, ou à interpretação de Coseriu, já que o objeto de Saussure, assim como a *ousia* de Platão, devem coincidir com o referente fabricado. Para Blikstein (1983, p.47-49), o referente tem função semiológica no processo da significação.



Ao procurar compreender os mecanismos de transformação da realidade em referente é que Blikstein desenvolve o seu modelo de signo lingüístico. Para o autor, é na práxis, “conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade que reside o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai “fabricar” o referente” (BLIKSTEIN, 1983, p.53) como segue:



Blikstein resume o trajeto semiológico Realidade/Referente/Linguagem da seguinte maneira:



Podemos, desta forma, inferir que o indivíduo utiliza a linguagem para representar a realidade através de um referente fabricado de acordo com a práxis social de que participa e que, sem práxis, não há significação. Este mesmo raciocínio pode ser utilizado para observarmos a questão da função da terminologia na representação documentária, pois a LD busca a produção do sentido referente a um determinado contexto na Terminologia, que por sua vez é fabricada de acordo com a práxis social dos membros de uma comunidade específica especializada.

5. O signo documentário

A representação da informação resulta de um conjunto de procedimentos denominado Análise Documentária, cuja metodologia permite expressar o conteúdo dos documentos sob formas distintas, facilitando assim a sua recuperação (GARDIN apud CUNHA, 1990, p.59). Um dos instrumentos utilizados pela AD é a LD que tem por função, a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original como meio de viabilizar sua comunicação. Ao transformar a informação presente nos textos em linguagem natural e/ou especializada para uma LD controlada, a AD opera com a significação, isto é, procura representar adequadamente as informações sem comprometer o seu significado. (LARA, 1993a, p.223)

Segundo Lara (1993c, p.37), a LD confere às expressões de representação documentária o caráter de signos documentários. A LD seria, desse modo, um conjunto de signos

documentários utilizados para representar a informação contida nos documentos, tendo em vista a sua recuperação.

Da mesma forma que na LN as palavras isoladas não significam nada ou ao mesmo tempo podem significar tudo, dependendo da referência a determinados contextos, na LD os signos documentários também devem se referir a um contexto determinado para que se estabeleçam os significados. Conforme Lara (1993a, p.223) diversos fatores contribuem para isso: a concepção de representação suposta na construção da LD; a correspondência entre o sistema de significação do domínio (a terminologia) e a LD; os princípios estruturais que embasam a construção da LD; a adequação de seu uso por parte dos documentalistas e a adequação da LD ao perfil do grupo de usuários

Assim, podemos dizer que ao representarmos a informação contida nos documentos, isto é, ao transformarmos o conhecimento em informação, estamos criando a informação documentária, a partir de signos documentários. O signo documentário, no sentido semiótico, deve permitir a recuperação não apenas das semelhanças e equivalências entre palavras, mas estabelecer a cadeia de relações possíveis de determinada palavra, numa dada área do conhecimento, num determinado contexto e circunstância (LARA, 1993c, p.64).

Desta maneira, segundo Lara (1993a, p225), a Análise Documentária se apropria do conjunto de reflexões semióticas e semiológicas para pensar teórica e operacionalmente a questão da construção e recepção do signo documentário, orientando a sua delimitação e definição enquanto um signo referencial e funcional.

Se de Saussure a AD retira o conceito da arbitrariedade do signo, o qual permite compreender que as LDs são essencialmente fundamentadas institucionalmente e refletem as convenções da língua e do paradigma ideológico que sustenta as suas definições e a sua organização; de Peirce a AD se apropria do conceito de semiose, processo pelo qual de interpretante em interpretante, enriquecemos cada vez mais de propriedades o nosso objeto. Isto se deve à natureza referencial da semiose documentária, a qual não pode funcionar aleatoriamente, devendo

estar fundamentada em referenciais terminológicos, os quais, por sua vez, remetem à estruturas conceituais dos domínios de especialidades. A pragmática peirciana caracteriza também o funcionamento do signo documentário como necessariamente vinculado a contextos determinados, prevendo, portanto, significados funcionais. Isto é, o signo documentário é um signo de controle do significado que só pode funcionar como elemento de representação da informação e possibilitar a semiótica documentária desde que o contexto no qual se insere seja considerado.

Para Peirce, a interpretação do signo deve ser determinada pelo seu objeto através de uma observação colateral totalmente independente da ação do signo, caso contrário ela não será determinada a pensar nesse objeto. Em um exemplo do próprio Peirce (1977, p.161) “se o signo for a sentença *Hamlet era louco*, para compreender o que isto significa deve-se saber que, às vezes, os homens ficam nesse estado estranho; deve-se ter visto homens loucos ou deve-se ter lido sobre eles; e será melhor ainda se se souber especificamente qual era a noção que Shakespeare tinha de insanidade”. Assim, a veiculação dos significados está intimamente ligada à experiência prévia (ou no dizer de Blikstein práxis) com aquilo que a palavra denota.

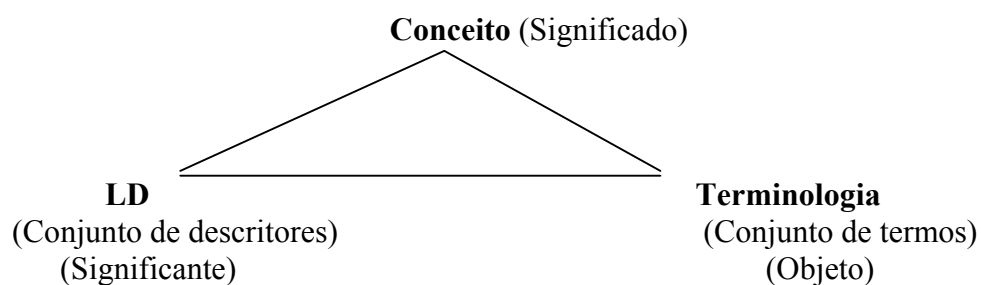
Na AD, a experiência colateral pode ser observada em dois momentos distintos: na elaboração da LD e na sua utilização para a recuperação da informação. Ocorre que esta experiência colateral não dá conta da veiculação da significação nos diversos domínios de especialidade, pois depende da explicitação do contexto e da existência de uma fundamentação no campo conceitual do domínio específico a ser considerado (LARA, 1993a, p. 226).

Desta maneira a fundamentação só pode estar nas terminologias de especialidade, e é por essa razão que elas devem ser integradas à construção de tais instrumentos mediadores. A terminologia funciona neste contexto como fonte de significação uma vez que pode fornecer o “conhecimento colateral” correspondente do domínio de especialidade.

Uma LD que permita conferir às expressões de representação documentária o caráter de “signos documentários” seria então de natureza semiológica e nesse instrumento, a representação do significado deveria remeter ao mundo material (LARA, 1993, p.37)

Assim, a representação documentária que procura refletir o conteúdo e a organização de um texto, deve necessariamente prever como o usuário vai buscar esta mensagem, e para isto deve procurar referenciais externos como as terminologias das áreas de especialidade, além de se reportar ao sistema de significação que lhe dá origem, a LD.

Podemos dizer que a representação documentária denominada LD, a qual é constituída por um conjunto de descritores, seria a representação da informação contida nos documentos através de seu conceito/significado utilizando como referente/objeto o conjunto de termos da terminologia da área do conhecimento. Fazendo-se uma analogia com o signo semiótico, o signo documentário seria constituído de:

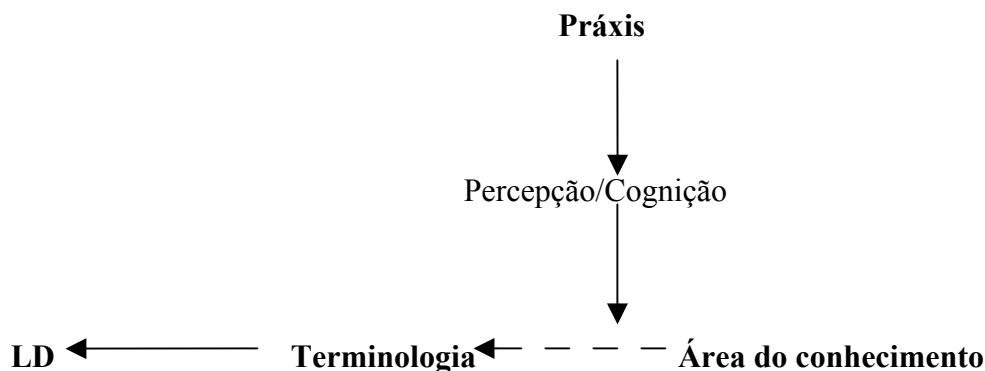


Assim, no processo de representação documentária, dentro de determinado contexto, a prática social estabelece uma determinada terminologia (Termos), portanto um referente para os significados (Conceitos) e significantes (Descritores), os quais constituem o signo documentário.

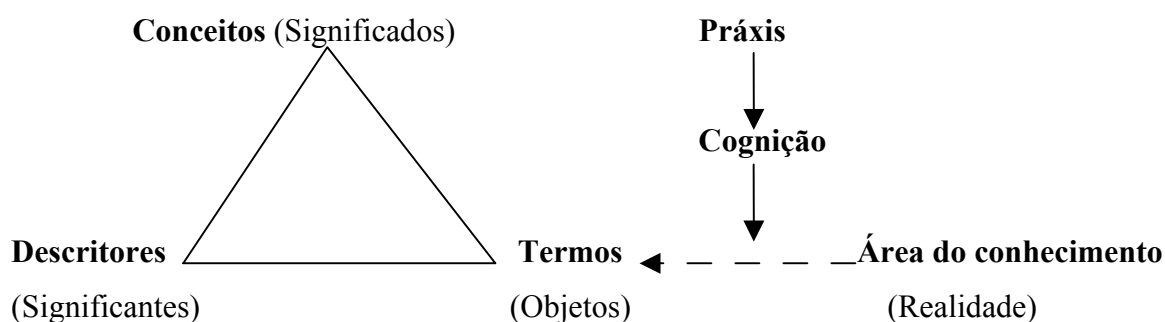
6- O modelo teórico

A partir do momento que definimos a função da Terminologia no processo de representação documentária, cabe-nos demonstrar como isto deve ser operacionalizado para solucionar o problema da diversidade de representação, seja ela no interior de uma ou de várias LDs.

Apropriando-se do esquema de Blikstein e adaptando-o para a representação documentária, podemos visualizar o modelo teórico, onde a área do conhecimento seria a realidade extralingüística, a terminologia o seu referente fabricado pela práxis e a LD a sua representação:



Especificando mais os elementos desta relação, e entendendo a LD como um conjunto de descritores e a terminologia como um conjunto de termos, podemos situar o signo documentário neste esquema:



A relação significado/objeto é realizada pela terminologia da área e por isso mesmo deve seguir as regras terminológicas, conforme propõe a ISO 1087 (2000) para as relações entre conceitos e para as relações entre conceitos e termos.

Os conceitos podem representar não só seres ou coisas (substantivos), mas também qualidades (adjetivos ou substantivos), ações (verbos ou substantivos) e mesmo localizações, situações, relações (advérbios, preposições, conjunções ou substantivos (FELBER, 1987 p.98)). Segundo a ISO 1087 (2000 p.2), o conceito é a unidade criada por uma combinação única de características. Ele pode ser individual, quando corresponde a um só objeto, ou geral, quando

corresponde a dois ou mais objetos, os quais formam um grupo com propriedades comuns. Tanto o conceito individual quanto o conceito geral podem ser superordenados, subordinados ou coordenados dependendo da relação estabelecida entre eles. Estas relações podem ser de natureza hierárquica ou associativa.

Na relação hierárquica os conceitos são organizados em níveis onde o conceito superordenado é subdividido em ao menos um conceito subordinado e esta relação pode ser genérica ou partitiva. A relação genérica se estabelece entre dois conceitos quando na compreensão de um dos conceitos está incluído o outro conceito e ao menos uma característica distintiva suplementar. A relação partitiva se estabelece entre dois conceitos quando um dos conceitos constitui o todo e o outro é parte deste todo.

Na relação associativa, a conexão entre os conceitos não é hierárquica, mas estabelecida em virtude da experiência e pode ser seqüencial, temporal ou causal. A relação seqüencial é baseada na proximidade espacial ou temporal; a relação temporal envolve eventos no tempo e a relação causal envolve causa e efeito.

O termo corresponde à designação verbal de uma ou mais palavras que representam um conceito geral em uma linguagem específica de domínio (ISO 1087, 2000, p.24). Assim, estabelece-se uma relação triádica, onde o termo é uma unidade lingüística que designa um conjunto de propriedades ou conceitos que representam um objeto dentro de um contexto determinado.

O conjunto de termos de um campo reflete a sua organização conceitual, pois cada um dos termos representa um conceito da estrutura da área. Eles são empregados nas comunicações especializadas, e como as palavras do léxico geral, são unidades de sentido distintos e significativos que intervêm naturalmente no discurso especializado para se referir aos objetos de uma realidade estruturada (CABRÉ, 1994, p.590).

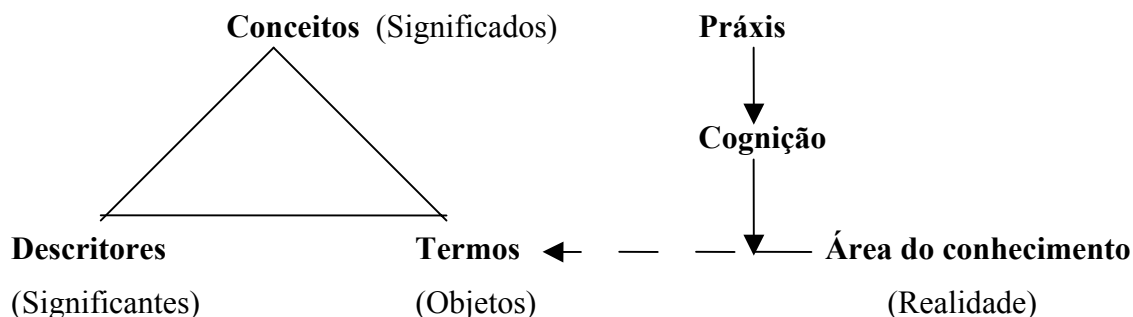
Elemento comum à Terminologia e à Linguagem Documentária, o termo é de um lado, a unidade lingüística que designa um conceito pertencente à uma disciplina e, de outro, a

unidade que serve para a indexação dos documentos, dentro de um sistema de informações, sendo comumente chamado de descritor ou termo preferencial (MUSTAFA-ELHADI, 1992, p.467).

O termo é um símbolo lingüístico que está ligado a um ou diversos conceitos, que são definidas pelas relações com os conceitos vizinhos (FELBER, 1987 p.141). Estas relações entre conceitos e termos estabelecidas segundo a ISO 1087 (2000, p.9-10) são as seguintes: **monossemia**: relação entre a designação e o conceito onde a designação representa um só conceito; **mononímia**: relação entre designação e conceito onde o conceito tem somente uma designação; **homonímia**: relação entre designações e conceitos onde uma designação representa conceitos diferentes; **polissemia**: relação entre designação e conceito onde uma designação representa dois conceitos ou mais com características comuns; **sinonímia**: relação entre termos representando o mesmo conceito, **antonímia**: relação entre dois termos que representam conceitos opostos e **equivalência**: relação entre designações que representam o mesmo conceito em línguas diferentes.

Constatamos, mais uma vez, que a significação permeia todo o processo de representação documentária, na medida em que ela está presente tanto nas relações estabelecidas para se constituir uma Terminologia de domínio específico, como na utilização desta Terminologia como referente para a construção e uso das LDs. São, pois, as relações terminológicas que darão consistência às relações documentárias estabelecidas entre os descritores de uma LD para que não ocorram inconsistências no processo de representação documentária.

Em esquema:



Assim, o modelo teórico, ao situar a terminologia de determinada área do conhecimento como referente do conjunto de descritores de uma LD, é capaz de responder à

questão da diversidade de representação da informação. Ao articular conceitos e termos, tornando-os unívocos, a terminologia confere a este conjunto de descritores a capacidade de representar a informação.

Desta forma pode-se garantir não só o processo de comunicação entre os estoques de informação e os seus usuários, como também tornar efetiva a transferência da informação e a geração de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CABRÉ, M. T. Terminologie ou terminologies? specialité linguistique ou domaine interdisciplinaire? **Meta**, Montreal, v.36, n.1, p.56-63. 1991.
- CABRÉ, M. T. Terminologie et dictionnaires. **Meta**, Montreal, v.39, n.4, p.589-597. 1994.
- CABRÉ, M. T. La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**. Brasília, v.24, n.3, p.289-298, set/dez. 1995
- CINTRA, A. M. M. et al. Do termo ao descritor. **Rev. Comun. & Artes**. São Paulo, v.17, n.28, p.75-82, jan.-abr. 1994
- CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: POLIS/APB, 1994
- CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- FELBER, H. **Manuel de terminologie**. Paris: UNESCO, 1987.
- ISO. **Terminology work - vocabulary: ISO 1087**. Geneva: ISO, 2000.
- LARA, M. L. G. de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v.22, n.3, p.223-226, set/dez. 1993a.
- LARA, M. L. G. de. Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação. **Rev. Bras. Bibliotecon e Doc.**, São Paulo, v.26, n.1/2, p.72-80, jan/jun. 1993b.
- LARA, M. L. G. de. **A representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo, 1993c. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- LARIVIERE, L. Vers un produit unifié en terminologie et en documentation: le thesaurus terminologique. **Meta**, Montreal, v.34, n.3, p.457-67, 1989.

- LE GUERN, M. Sur les relations entre terminologie et lexique. **Meta**, Montreal, v.34, n.3, p.340-343, 1989.
- MUSTAFA-ELHADI, W. La contribution de la terminologie à la conception théorique des langages documentaires et à l'indexation de documents. **Meta**, Montreal, v.37, n.4, p.465-73, 1992
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- REY, A. **La terminologie: noms et notions**. Paris: PUF, 1979.
- RIVIER, A. A construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos. **Rev. Esc. Bibliotec. UFMG**. Belo Horizonte, v.21, n.1, p.56-99, jan/jun. 1992
- RONDEAU, G. **Introduction à la terminologie**. Chicoutimi: Gaetan Morin, 1984.
- TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G. de; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauro. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.3, p.197-200, set./dez. 1992
- VÉRON, E. **Ideologia, estrutura e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970.